



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

Belo Horizonte, 17 de novembro de 1961.

*No encerramento do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas.*

Compareço à sessão de encerramento do Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil para expressar o meu apoio ao debate franco e corajoso dos temas que dizem respeito aos problemas da melhoria das condições de vida do homem brasileiro que trabalha a terra e dos que tratam da implantação de métodos modernos de exploração dos recursos naturais do nosso país.

As reivindicações dos trabalhadores agrícolas não se opõem às reivindicações dos trabalhadores da cidade. Ao contrário, o entendimento, no plano dos altos interesses nacionais, entre o homem do campo e o trabalhador da indústria é condição indispensável ao progresso do País e à elevação dos níveis de existência de todo o povo brasileiro.

Na verdade, o crescimento econômico do Brasil não deve ser dificultado por uma agricultura atrasada, que ainda emprega em larga escala estilos de produção que remontam a épocas já ultrapassadas. Mas nem toda a estrutura agrícola brasileira é atrasada. Há setores importantes que já apresentam indícios elevados de produtividade e que constituem exemplos de boa aplicação técnica na exploração de nossas terras.

Devemos, contudo, reconhecer e proclamar que a ausência de uma reestruturação agrária está embarçando a marcha do progresso da nossa pátria: sem uma agricultura progressista não teremos uma economia nacional equilibrada. O processo agrícola

brasileiro não mais atende às necessidades do crescimento da economia geral do País.

Devemos ter sempre presente que a maioria do povo brasileiro está vinculada às atividades do campo: 63% da população brasileira dependem da agricultura para viver. E as estatísticas ainda incompletas que possuímos nos mostram que, dos 12 milhões de agricultores brasileiros, 10 milhões cultivam terra que não lhes pertence.

A luta em favor do acesso à terra dos que nela trabalham de sol a sol é, assim, uma das reivindicações mais sentidas e mais legítimas. O seu atendimento constitui elemento de fundamental importância na consolidação dos direitos democráticos.

Sem escolas, sem assistência médica e sem perspectivas de melhoria de vida, os trabalhadores rurais das regiões mais atrasadas do País abandonam os campos e se dirigem aos centros urbanos, em busca de uma atividade compensadora.

O crescimento industrial do País criou novas oportunidades de trabalho, provocando imenso deslocamento da população rural para as cidades. A atração das grandes cidades permanecerá irresistível enquanto as condições de vida do campo forem precárias e, em muitos casos, piores do que nas favelas urbanas.

Tais contradições entre a agricultura e a indústria tendem mesmo ao agravamento, se não forem desde logo aplicados remédios adequados para corrigi-las. A inflação, que destrói os valores do trabalho, realiza uma transferência da renda agrícola para outras áreas econômicas, num desestímulo permanente às inversões no campo, especialmente na agricultura.

A questão da terra no Brasil deve ser resolvida, evidentemente, de acordo com as características próprias de cada região. Não há, nem pode haver, fórmula salvadora, remédio milagroso, para realidade tão diversificada de um país que é um continente, pela sua extensão e pela multiplicidade dos seus reclamos de desenvolvimento. Não vejo razões para deixar de afirmar que a reforma agrária é uma das reformas que o País reclama, para dar plena expansão às suas forças produtivas adormecidas.

Há pessoas que se assustam com palavras. O surpreendente, no entanto, é que não perdem o sono diante do panorama social

do País, onde um povo pobre luta para viver em território potencialmente poderoso.

O Brasil reclama uma reforma agrária que possibilite a revisão das relações jurídicas e econômicas entre os que trabalham a terra e os que detêm a propriedade rural, para que seja possível libertar a produção agrícola dos seus seculares entraves e proporcionar maior produtividade ao agricultor, assegurando-lhe justa participação nas riquezas, para dotar o País de uma agricultura moderna, racional e mecanizada, de alto rendimento produtivo.

Evidentemente, no Brasil, tal lei agrária deve possuir características de maleabilidade, para acomodá-la às variadas condições regionais e de modo a respeitar as unidades de produção bem organizadas, de bom rendimento, sem levar em conta a sua extensão.

A Igreja Católica, através da manifestação clara e coletiva de seus bispos, tem proclamado que o Brasil precisa urgentemente cuidar das enormes coletividades que vivem como marginais da sociedade brasileira.

A nossa Constituição de 1946, se reconhece, por um lado, a função social da propriedade, ao admitir a desapropriação por interesse social, por outro impossibilita a aplicação prática desse princípio, ao estabelecer que toda e qualquer desapropriação se faça pela prévia e justa indenização em dinheiro.

Os setores mais esclarecidos do País vêm clamando por medidas de base também na agricultura. Mais de 200 projetos de lei transitam pelo Congresso Nacional, todos eles pretendendo modificar, parcial ou totalmente, a estrutura agrária do País. Infelizmente, até hoje, nenhum deles conseguiu vencer a barreira de resistência levantada pelos que ainda se afeerram a um arcaísmo agrícola superado e de baixo rendimento social.

Creio ser dever do Governo estimular tôdas as iniciativas que se preocupam com a questão agrária nacional, procurando solucionar os seus problemas, pois o aumento da produção e a elevação do padrão de vida do trabalhador rural constituem meta fundamental para os destinos do Brasil.

Em quase tôdas as minhas declarações públicas, tenho batallhado por uma política dinâmica, que dê solução aos problemas de base, inclusive o da reforma agrária, para que se possa estabe-

lecer a justiça social, garantir as liberdades, distribuir melhor as riquezas e os rendimentos, e dar a todos os brasileiros condições dignas de existência, de acôrdo com os nossos ideais de fraternidade cristã.

Na verdade, ainda há falta de garantias e de oportunidades para os que se dedicam ao trabalho da terra. Não se pode negar que falta estímulo para novos investimentos, tanto para o dono da terra como para o lavrador, parceiro ou arrendatário.

A organização crescente dos trabalhos agrícolas em entidades próprias é decorrência natural da evolução da nossa sociedade e a elas não se podem opor obstáculos administrativos ou policiais, mas sim cabe compreendê-las, porque refletem sempre o estado de espírito e a situação de coletividades abandonadas e que desejam fazer ouvir os seus reclamos. A organização do trabalhador é pedra angular do regime democrático.

Nossa geração está sendo chamada pela História para conquistar a independência econômica do Brasil, e nosso elementar dever de cidadão é estarmos à altura de missão tão elevada.

Felizmente, grupos expressivos das classes produtoras, da indústria, do comércio e da agricultura, já colaboram, e espero que colaborem cada vez mais, com o Govêrno, na conquista da nossa emancipação, para libertar o Brasil das barreiras do atraso econômico, tanto na frente interna como nas relações com os demais países.

É para essa batalha patriótica, cristã e democrática, de paz e trabalho, que convoco os trabalhadores rurais da nossa pátria, aqui representados por delegações vindas de todos os recantos do território nacional, e que desejam, através dos debates construtivos que aqui se verificaram, contribuir com o Govêrno, e muito especialmente com o Congresso Nacional, apresentando-lhe elementos que, por certo, merecerão o respeito e a consideração dos legisladores.

Peço, senhores congressistas, que levem aos seus companheiros do interior, junto com a minha calorosa saudação e a mensagem da minha confiança nos altos destinos do País, a certeza de que tudo farei para que os trabalhadores rurais brasileiros possam em breve ver transformadas em realidades as suas justas reivindicações.